

**ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, pelas dezassete horas, e trinta reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel, no auditório do Pavilhão da Agrival.

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Agostinho Moreira Gonçalves, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Nuno Miguel da Costa Araújo, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita e Pedro Alexandre Mogadouro do Couto.-----

-----O senhor deputado, António Carlos Sousa Pinto, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer (PSD), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo.-----

-----O senhor deputado, Alberto Clemente de Melo e Sousa, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer (PDS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Maria de Fátima Azevedo Magalhães.-----

-----O senhor deputado, António Duarte Conde Almeida da Cunha, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer (PSD), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Rui António dos Reis Lopes.-----

-----O senhor deputado, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alberto Correia Monteiro.-----

-----O senhor deputado, Agostinho Moreira Gonçalves, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Renato Joaquim Rocha Barros.-----

-----O senhor deputado, Nuno Miguel da Costa Araújo, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição



pelo senhor Luís Alexandre Igreja Guimarães, que também pelos mesmos motivos solicitou a sua substituição pelo senhor José Manuel Salgueiro Macedo. -----

----- A senhora deputada Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição por motivos profissionais, pela senhora Carla Alexandra da Silva Ferreira Monteiro que também, por motivos profissionais, solicitou pelo senhor João Carlos do Couto Barbosa, este por sua vez pelo senhor Luís Miguel da Silva Barbosa, que também por motivos profissionais solicitou a sua substituição pela senhora Cristiana dos Santos Coelho, que também não pode estar presente por motivos profissionais. Também, os senhores Pedro Miguel Nunes Sousa, Marta Luísa Ferreira Vieira, Manuel Soares da Silva e Fábio José Rodrigues Correia, sucessivamente solicitaram a sua substituição por motivos profissionais Maria da Conceição Mendes Alves Nunes. O senhor deputado Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (RIR), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Cristiana Filipa Moreira da Silva, que também, por motivos profissionais, não pode estar presente pedindo a sua substituição pela senhora Maria do Céu Nogueira da Rocha, que por sua vez e também por motivos profissionais não pode estar presente solicitando a sua substituição pelo senhor José António da Silva Oliveira. -----

----- Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia.

----- Os senhores Secretários da Assembleia Municipal procederam à leitura dos votos de louvor entrados na mesa: -----

----- **Votos de louvor** -----

----- 1. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor ao Exmo. Senhor Dr. Fernando Augusto Pacheco Malheiro, pelo facto de ter sido eleito Presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa para o quadriénio 2024/2028." -----

----- 2. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer, propõe a aprovação de voto de louvor aos alunos do Clube da Escola Secundária de Penafiel, assim como aos professores envolvidos e à direção da escola, que no âmbito do Concurso de Clubes de Programação e Robótica 2024, foi um dos três premiados pela DGE num universo, de 175 concorrentes na fase 1 e 70 na fase 2. -----

----- O Clube foi premiado num total, com 750 euros como reconhecimento do mérito do trabalho que apresentou. O vídeo apresentado na Fase 2 foi distinguido pelo Júri na Categoria 3 – 1 Tema Livre – Nível Juniores. -----

----- Considerando que a Programação e Robótica tem constituído uma aposta do Município ao longo dos últimos 6 anos com projetos voltados para o 1 CEB, manifestamos regozijo pelo reconhecimento da qualidade deste trabalho." -----

----- 3. "Voto de Saudação pelo Centenário de Mário Soares -----

----- *A verdade não pertence em exclusivo a ninguém e não há nada que substitua a tolerância -*
Mário Soares, 1986 -----

----- Mário Soares nasceu em Lisboa a 7 de dezembro de 1924. Se fosse vivo, estaria a poucos dias de completar 100 anos. -----

-----A vida de Mário Soares foi um longo e ininterrupto combate pela liberdade e pelos valores em que acreditava. Treze vezes preso pela PIDE, deportado para S. Tomé às ordens de Salazar, exilado para França por Marcelo Caetano, viveu mais anos em ditadura do que em democracia. Mas foi no regime constitucional fundado nos ideais do 25 de Abril que deixou a sua maior marca, pelo seu intenso protagonismo em todas as fases da construção da democracia portuguesa. Resistente antifascista, socialista convicto, democrata militante e agnóstico tolerante, soube estar no poder e na oposição, consciente que o pluralismo é condição essencial de uma democracia viva.-----

-----Homem de cultura e de ação, dotado de uma invulgar intuição política e de uma enorme capacidade de comunicação com os portugueses, mesmo os que dele discordavam, Mário Soares acompanhou todas as grandes transformações do nosso tempo e delas sempre fez uma leitura política atenta e exigente.-----

-----Foi o primeiro enviado internacional da Junta de Salvação Nacional, logo a seguir ao 25 de Abril, com a missão de obter o reconhecimento diplomático do novo regime democrático, que poria termo ao período longo e obscurantista do "orgulhosamente sós" de Salazar. Mais tarde, como Ministro dos Negócios Estrangeiros do governo provisório, coube-lhe o início oficial do processo de descolonização, tendo estabelecido com os dirigentes das ex-colónias portuguesas, cuja independência Portugal reconheceu e promoveu, uma nova era nas relações do nosso país com os novos países de língua portuguesa.-----

-----A sua vida confunde-se com o que foi a história de Portugal nas últimas décadas. Foi protagonista nos momentos decisivos, quer antes quer depois do 25 de Abril, com destaque para a realização das primeiras eleições livres, em 1975, para o pedido de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1977 e para as presidências abertas com que inaugurou, a partir de 1986, um novo tipo de relação entre o Chefe de Estado e os portugueses.-----

-----O Portugal democrático, tolerante e solidário; o Portugal do mar, europeu e aberto ao mundo, é o País de Mário Soares. O seu exemplo de tolerância ajudou o País a unir-se e a reconciliar-se consigo mesmo, depois das tensões próprias de uma ditadura longa e do período revolucionário que se lhe seguiu.-----

-----A bancada do Partido Socialista não quer deixar passar a data de 7 de dezembro sem saudar, nesta que será a última Assembleia Municipal do ano, o centenário do nascimento de uma personalidade maior da nossa Democracia. No centenário do seu nascimento, evocar Mário Soares é reafirmar os valores da figura fundadora da nossa Democracia e, ao mesmo tempo, renovar o seu legado, na expectativa de que, ao fazê-lo, estamos também a contribuir para o aproximar das novas gerações.---

-----A Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária no dia 29 de novembro de 2024, saúda o centenário do nascimento de Mário Soares, reafirmando o seu papel na luta pela Liberdade e pela consolidação da Democracia em Portugal."-----

-----4." O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Ex.^a aprovação de um voto de louvor ao Engenheiro Nuno Miguel da Costa Araújo, pela sua eleição como Presidente da

Federação Distrital do PS Porto, na que é considerada "a maior votação de sempre", obtendo 98,4% dos votos. -----

-----O evento - o XXI Congresso da Federação Distrital do Porto do Partido Socialista - decorreu no Pavilhão de Feiras e Exposições da cidade de Penafiel, no passado dia 12 de outubro do corrente ano.

----- Nuno Araújo, deputado Municipal nesta casa, é engenheiro mecânico, tem 46 anos, e é natural de Rio Mau, freguesia do nosso concelho. -----

----- Apesar de jovem tem uma vasta experiência política. Foi deputado na Assembleia da República entre 2009 e 2011, onde desenvolveu o seu ministério integrando as comissões Parlamentar de Assuntos Económicos, Inovação e Energia, de Educação e Ciência, de Obras Públicas, Transportes e Comunicações e, finalmente, a de Inquérito Parlamentar à atuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis. -----

----- Entre 2015 e 2018, foi chefe de gabinete do então secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares e hoje líder do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, no Governo liderado pelo Dr. António Costa. Durante os anos compreendidos entre 2020 e 2023, foi presidente da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL). -----

----- Exerceu a nível local todos os cargos nas estruturas do PS -Penafiel -Presidente da Comissão Política e do Secretariado e foi eleito várias vezes para a Comissão Distrital do PS. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel reunida a 29 de novembro de 2024 endereça ao nosso conterrâneo, os nosso parabéns e votos de muito sucesso no seu percurso pessoal e, que continue a prestigiar a Comunidade Penafidense com o seu trabalho. -----

----- Que do presente voto seja dado conhecimento ao Engenheiro Nuno Miguel da Costa Araújo e à Federação Distrital do PS Porto." -----

----- 5. "O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa. aprovação de um voto de louvor à jovem penafidense Diana Ferreira, bombeira dos quadros dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa, pela excelente prestação que teve na competição Ultimate Firefighter World Challenge, que decorreu no Taiwan, nos dias 30 e 31 de outubro do corrente ano. -----

----- A jovem Diana Ferreira, bombeira nos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa, em Penafiel, conquistou a medalha de ouro no escalão 18 a 29 anos e foi 2.3 classificada na geral feminina. -----

----- Destaca-se, também, a prestação dos outros bombeiros da mesma corporação: a equipa dos Bombeiros de Paço de Sousa alcançou o 2.º lugar no escalão 30 a 34 anos alcançado por Susana Cruz e o 3.0 lugar no escalão 50 a 54 anos, conquistado pelo Subchefe Álvaro Marques que alcançou a 7.ª posição da geral, sendo a 2.3 melhor equipa entre voluntários. -----

----- Recorde-se que entre muitas conquistas já aqui elencadas em Assembleias anteriores, em setembro passado, na 15.3 edição do "World Firefighters Games", que decorreu em Aalborg, na Dinamarca, entre os dias 7 e 14 de setembro, Diana Ferreira arrecadou duas medalhas de ouro. -----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 29 de novembro de 2024, endereça, uma vez mais, à jovem Diana um muito obrigado pelo seu desempenho extramuros, o seu espírito de conquista e abnegação e pela projeção dada à coletividade a que pertence e ao concelho onde vive. -----

-----À Associação humanitário dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa, os nossos parabéns pelos êxitos alcançados, e reiteramos os nossos votos para que prossigam com este profícuo trabalho de elevar o nome de Penafiel, de Portugal e dos Bombeiros Portugueses por todo o Mundo. -----

-----Que do voto de Louvor seja dado conhecimento à jovem Bombeira Diana Ferreira e à coletividade -Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Sousa."-----

-----6. 'O Grupo Municipal do Partido Socialista vem, por este meio, propor a V. Exa aprovação de um voto de louvor às Escolas de Karaté Penafiel ADP, pela excelente prestação que teve no "Maia International Karate Open' (MIKO)), onde conquistaram quatro medalhas. -----

-----A competição realizou-se nos dias 2 e 3 de novembro, na cidade da Maia e contou com a participação de cerca de 900 atletas de todo mundo.-----

-----Os atletas da coletividade penafidelense conseguiram conquistar as quatro medalhas em cada um dos seus respetivos escalões: Miguel Motta alcançou o primeiro lugar; Bernardo Rodrigues o segundo lugar, Nicole Teixeira foi a segunda classificada na sua classe e Martim Lisboa alcançou o terceiro lugar no seu escalão. -----

-----Releve-se que os atletas das Escolas de Karaté- Penafiel ADP, foram orientados pelos treinadores Gonçalo Garcia, Graça Sousa e Isabel Sousa.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel reunida a 29 de novembro de 2024 endereça aos nossos jovens conterrâneos, aos treinadores das Escolas de Karaté Penafiel e à coletividade ADP os nossos parabéns e votos para continuem a prestigiar a modalidade e o desporto nacional. -----

Que do presente voto seja dado conhecimento aos jovens atletas, treinadores e à ADP."-----

-----7. " O Grupo Municipal do Partido Socialista vem por este meio propor a V. Exa aprovação de um voto de louvor ao ilustre penafidelense Fernando Augusto Pacheco Malheiro, pela sua recente eleição, como presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa para o quadriênio 2024/2028, sucedendo a Pedro Moura, que liderava a Federação Portuguesa de Ténis de Mesa desde 2012. O ato eleitoral decorreu no passado dia um do corrente mês. -----

-----O nosso conterrâneo Fernando Malheiro que é membro desta Assembleia já tinha sido louvado por todos os deputados desta casa pelo excelente trabalho que desenvolveu aquando da pandemia e pelo trabalho que desenvolveu ao longo de mais de quatro anos como diretor executivo do ACeS Tâmega II-Vale do Sousa Sul, tendo sido considerado em 2019 o 2º melhor do país, em 2020 o melhor do país, em 2021 o melhor do país, em 2022 o 2º melhor do país.-----

-----Fernando Malheiro foi eleito com a concorrência de dois opositores. Foi escolhido devido ao seu empenho e abnegação em tudo o que faz, atributos que lhe são justamente reconhecidos e também pesou o seu vasto e excelente curriculum que tem na modalidade, dos quais se destacam: -----

-----1996-2002- Treinador da seleção nacional sub 15 Masculinos;-----

-----2002 - 2006 - Treinador da seleção nacional sub19 Masculinos;-----

-----2004 - 2008 - Eleito para o comité de ensino e Treino da European Table Tennis Federation;

2006-2009 - Seleccionador Nacional em todas as classes; -----

-----2006-2012 - Diretor Técnico Nacional da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa De Mesa;-----



-----2012-2019- Diretor Técnico do Centro de Treino de Alto Rendimento da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa;-----

-----2024 Eleito Presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.-----

-----Títulos: mais significativos 2002- 2010 -----

-----2002 Campeonato da Europa Moscovo - Campeão da Europa em Singulares e medalha de bronze em equipas;-----

-----2003 Campeonato da Europa Praga - Medalha de bronze em singulares;-----

-----2006 Campeonato da Europa de sub 19 Bratislava - Medalha de Bronze em equipas Masculinos;

2007 Campeonato da Europa de sub 15 Praga- Medalha de Bronze em equipas femininas.-----

----- A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida a 29 de novembro de 2024, endereça ao deputado Dr. Fernando Malheiro os nossos parabéns e o nosso muito obrigado pelo trabalho realizado com dedicação, competência e espírito de missão em prol da Comunidade, e endereçamos os nossos votos para que se concretize o que muito bem referiu aquando da celebração da sua vitória: "Temos a obrigação, e esse é também o meu compromisso, que é uma aliança com as associações, com os clubes, com os jogadores, com os treinadores, com os árbitros, no sentido de tornarmos o ténis de mesa mais equitativo."-----

----- Que do voto de Louvor seja dado conhecimento ao Dr. Fernando Augusto Pacheco Malheiro."

----- **Posto à votação a admissibilidade dos votos de louvor apresentados foram aprovados por unanimidade.**-----

----- **Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:**-----

----- — A senhora deputada Andreia Carvalho: Disse que o concelho de Penafiel continua a ser palco de inúmeras iniciativas, comemorações e atividades nas mais diversas áreas. O município de Penafiel continua a ser um exemplo de trabalho, dedicação e empenho a nível nacional.-----

----- Salientou 3 ações desenvolvidas pelos pelouros da Camara municipal, que vão desde o desporto, passando pela ação social e terminando na Educação.-----

----- Ao nível do desporto, terminou hoje o XXV (25º) congresso nacional de gestão de desporto, realizado na nossa cidade de Penafiel, no PONTO C, em parceria com a Associação Portuguesa de Gestão do Desporto, que tem sido uma referência a nível nacional para a profissionalização do setor desportivo em Portugal. Esse congresso, tendo como tema " As profissões da gestão do desporto e o desenvolvimento desportivo" tem como missão a valorização da gestão do desporto e vem demonstrar que todo o investimento e trabalho que o executivo da Camara Municipal de Penafiel, realizados em Infraestruturas, na última década começa a dar grandes frutos. Foram mais de 27 milhões de euros investidos na requalificação de equipamentos desportivos e construção de novas infraestruturas. É um orgulho ver a cidade de Penafiel, ser escolhida por esta entidade, pelo facto de ser um exemplo, a nível nacional de gestão de estratégias de gestão local desportivas, inspirando outras comunidades, a replicarem essas mesmas estratégias aqui implementadas, como por exemplo o programa Meno(s) Pausa+Movimento, que promove a saúde e inclusão de mulheres na pós-menopausa.-----

-----Para além deste programa, continuamos a ver dinamizados outros eventos, que promovem a prática desportiva como, o programa + SAUDÁVEIS + FELIZES, inserido nas diversas atividades e ações que assinalaram o Dia para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Infelizmente, este continua a ser um flagelo da sociedade portuguesa. E em Penafiel, o combate à violência doméstica tem sido assumido como uma prioridade, pois é um tema que deve ser debatido e ser trabalhado, mesmo ao nível das faixas etárias mais baixas. Referiu CASA-ABRIGO pelo trabalho magnífico que tem vindo a desenvolver. A CASA-ABRIGO, na associação para o desenvolvimento de Figueira, desempenha um papel crucial no apoio às mulheres vítimas de violência doméstica e aos seus filhos, oferecendo acolhimento temporário e proporcionando serviços como acompanhamento psicológico, jurídico e social. -----

-----Parabenizou a CASA-ABRIGO pela comemoração de 25 anos de existência. E como não podia deixar de ser, o município de Penafiel, associou-se a estas comemorações, em parceria com diversas entidades locais do concelho e que decorreram ao longo de todo o mês de novembro, através de ações de sensibilização comunitária, com o objetivo de consciencializar a população sobre o problema da violência doméstica e os mitos associados a esse crime. Essas atividades promovem a criação de uma rede de apoio abrangente e inclusiva que ajudam à consciencialização deste flagelo social, trabalhando ao mesmo tempo a promoção da autonomia das vítimas, ajudando-as a reconstruir suas vidas e a superar os traumas vivenciados. Esta parceria demonstra a preocupação que o nosso município continua a ter nos problemas sociais. Parabenizou também o Executivo da Câmara Municipal pelo trabalho de rede e parceria contínuas, que desenvolve junto das instituições, dando de facto um suporte efetivo para que possam ter uma resposta real às necessidades das vítimas das suas famílias, fortalecendo a implementação de diversas políticas públicas. -----

-----Hoje é o Dia Internacional da Cidade Educadora este dia é celebrado em mais de 90 municípios e o nosso município associou-se a esta iniciativa. Este dia é celebrado em parceria com a Associação Internacional das cidades educadoras, da qual o município de Penafiel faz parte, reforçando o papel crucial que o mesmo tem, na promoção de oportunidades educativas, promovendo uma sociedade inclusiva e dinâmica. -----

-----Para celebrar este dia, o município quer envolver todos os agentes sociais implicados na construção de uma cidade educadora, partindo do exemplo de atividades bem-sucedidas em anos anteriores. Desta forma, veremos ser dinamizada a iniciativa "Conversas para Pais e Professores", através de um colóquio que vai debater os desafios de "Educar na era digital", que decorre hoje às 20h45, no auditório do museu municipal. -----

-----Concluiu dizendo que Penafiel foi, é e será palco de inúmeras atividades e iniciativas. -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Disse que o Ponto C foi inaugurado, aquando da última sessão da Assembleia Municipal, e como não tinha estado presente, não poderia deixar de naquele fórum, dar um tom elogioso. Já teve oportunidade de ter assistido a um espetáculo naquela infraestrutura e sentiu um verdadeiro orgulho de ser penafidelenses. Realmente estava ali uma grande obra, obra essa que sempre foi proposta pela Juventude e partido Socialista já há alguns anos a esta parte. Felizmente estava concretizada para o bem de todos, era um excelente marco para o concelho de Penafiel e todos

estava felizes com seu resultado. Fazem jus de que tenha uma programação cultural diversificada e que aproveitem aquele espaço para fazer, o que PS tem vindo a pugnar, que é enaltecer ainda mais a história do concelho de Penafiel, a história da cidade, tradições, o património etnográfico e arqueológico. -----

----- Relativamente ao S. Martinho, deixou um elogio aos funcionários da Câmara Municipal de Penafiel, nomeadamente à Divisão de Ambiente e Recursos Naturais, liderada pela senhora Eng. Elsa. Solicitou que lhes fosse reiterado o agradecimento do Partido Socialista, porque um evento daquela dimensão, com a feira e a prova de vinhos, é normal que a cidade fique suja, no entanto, a cidade nos dias seguintes, acordava impecavelmente limpa e isso é digno de ser assinalado uma vez que reflete que os funcionários da Divisão do Ambiente da Câmara Municipal de Penafiel são preparados, empenhados e excelentes profissionais. -----

----- O senhor deputado Joaquim Silva: Referiu que faz 23 anos que faz parte da Assembleia Municipal de Penafiel, 12 como Presidente de Junta de Freguesia e 11 como membro do órgão deliberativo. Todos os sentem a transformação e o crescimento que o concelho teve e está a ter, pois Penafiel já deixou de ser a cidade de "risca ao meio" e tem crescido muito para além do seu centro. Sente orgulho por ter feito parte da Assembleia Municipal, porque finalizado o mandato deixaram trabalho feito e a cidade de "risca ao meio" é passado, porque sentiam e viram nascer e crescer uma variante que liga a estação de caminho-de-ferro em Novelas à A4, uma que existirá uma grande transformação, nomeadamente as rotundas na saída da A4 A ligação da zona industrial à rotunda junto ao Espaço Casa. A ligação junto à biblioteca municipal à variante do Cavalum, assim como espaços já preparados para que Penafiel cresça para nascente e poente. Tudo aquilo se deve ao trabalho dos 23 anos de governação da coligação Penafiel Quer. Mais referiu que nos últimos 11 anos, todo o trabalho, empenho e dedicação do atual Executivo a todos presenteou. Acreditava que iria ser possível a continuação para a concretização de toda a obra do IC 35, uma vez que essa infraestrutura era necessária para o sul. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal que que ponto da situação se encontrava o projeto da continuação do IC 35, e estava inserida no atual PPR e se os penafidelenses do sul do concelho podiam contar com a sua conclusão. -----

----- Conclui dizendo que Penafiel estava em boas mãos e que assim continuaria. -----
----- **Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e votação os votos louvor acima transcritos.** -----

----- Os votos de Louvor foram subscritos por todos os presentes. -----

----- **Discussão e votação dos votos de Louvor:** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade por todo os presentes. -----

----- **1.º Ponto — Aprovação da Ata da sessão anterior;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António

Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- **2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Disse que carência de habitação no município de Penafiel, é um facto ao qual urge dar uma resposta urgente. Esta carência, repercute-se ao nível do todo nacional, e em boa hora o governo central decidiu enfrentar o problema, definindo e construindo um conjunto de medidas políticas, com o objetivo de resolver ou atenuar esta grave carência. -----

-----Assim, no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação, disponibilizou para as autarquias, um conjunto de medidas com instrumento financeiro, que possibilitou a elaborados dos ELH ao nível concelhia, onde constam as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência deste projeto. Neste estudo exaustivo de inventariação das carências habitacionais por freguesia e no âmbito geral do concelho, ficou a autarquia de Penafiel, munida de um instrumento de trabalho, para suportar e fundamentar as candidaturas a submeter aos vários programas.-----

-----Desse trabalho realizado, tomou a Assembleia Municipal conhecimento, onde estão inventariadas todas as necessidades, mas o nosso conhecimento quanto a esta matéria não mais avançou, pois não tivemos informação sobre as candidaturas que a autarquia submeteu, o número de fogos a construir que foram aprovados e quais as candidaturas que não foram aprovadas e qual a justificação para a rejeição.-----

-----Assim, para melhorar a nossa informação e avaliação do processo, solicitávamos informação precisa sobre os resultados desta processo, pois o acesso a uma habitação condigna por parte dos cidadãos Penafidelenses é condição obrigatória nos tempos presentes para que estes estejam inseridos e integração na sociedade. -----

-----Esta questão que aqui colocamos é tanto ou mais pertinente quanto sabemos, que o financiamento oriundo do PRR, sendo este recurso financeiro disponibilizado, tem um *timing* temporal



muito apertado e com o mesmo a expirar no ano 2026 está já aí e como o lançamento do concursos publico para a execução destes projetos de obra habitacional é a sua construção são processos muito moroso, Assim urge acelerar o mais possível estes processos para garantir que as soluções habitacionais neste período atingem um volume máximo de obra, para melhorar as carências habitacionais no concelho. -----

-----Assim, para ficarmos munidos de informação precisa no momento atual, solicitávamos informação sobre: -----

- Candidaturas em fase de execução, e nº fogos abrangidos;-----
- Candidaturas ainda aguardar início de execução e nº de fogo; -----
- Candidaturas em fase de concurso público e nº de fogos abranger; -----
- Candidaturas indeferidas e nº de fogos.-----

----- Este balanço no fim do ano 2024, é prioritário fazer-se, para nos posicionarmos face á resposta que estamos a dar ao estudo diagnóstico das carências habitações Esta preocupação aqui trazida, decorre de na informação escrita do Presidente que nos foi enviada para esta assembleia Municipal, neste capítulo de obra habitacional apenas consta a edificação do bloco na freguesia de Irivo, o que para nos é manifestamente pouco para as muitas necessidades que foram elencadas no ELH, concelho.

----- E se os resultados forem apenas estes, as expectativas ficam goradas, pois desperdiçou-se um programa cujo objetivo pretendia a resolução das carências habitacionais ao nível concelho, e perante metas tao ambiciosas, contacta-se que a mesmo se tornou num logro.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Quanto à questão colocada pelo senhor deputado Sousa Pinto sobre o tema da habitação, tema que está na prioridade da agenda política. A estratégia Local de Habitação foi definida e validada pela Assembleia Municipal, as candidaturas foram feitas e atualmente têm em curso dois projetos que foram validados, um em Irivo e outro em Paço de Sousa. A primeira verba disponível era mais limitada do PRR e foi distribuída de acordo com as candidaturas que foram apresentadas e em função do grau da maturidade de cada uma das candidaturas apresentadas. Entretanto têm para submeter duas outras candidaturas, das quais existe uma expectativa positiva atendendo ao grau de maturidade que têm e que são para as freguesias de Guilhufe e Urrô e Termas de S. Vicente. À parte isso, têm tido um conjunto de intervenções muito significativo que não são tão visíveis mas são também, muito importantes que tem que ver com o Primeiro Direito integrado também na estratégia Local de Habitação e que são intervenção de privados, ou seja, os próprios privados envolvidos com o Departamento de Ação Social, e a Divisão da Habitação têm feito essas candidatura para poderem requalificar aas suas habitações. Essa é uma das áreas que também privilegiavam, mais do que criar alternativas de habitação de grande volumetria, preferindo dar prioridade à requalificação e valorização do que já existe. Portanto a estratégia está a ser concretizada de acordo com as disponibilidades financeiras que vão surgindo. A expectativa é que continue a ser cumprida, executada e concretizada para permitir que muitos mais penafidenses consigam realizar o sonho ter uma habitação digna e em condições acessíveis. -----



-----Referiu que o problema da habitação passa por outras dimensões e o facto de terem mais área de construção disponível, áreas de expansão da cidade e até em freguesias do concelho preparadas para acolher projetos de investimento imobiliário, permite que haja mais oferta, logo havendo mais oferta os preços ficam mais acessíveis e permite aos concidadãos terem a sua habitação no concelho e não procurar outras alternativas. Têm que ter várias frentes para poderem resolver um problema que tão complexo como é o da habitação e que é um direito fundamental.-----

-----Relativamente aos temas da atividade concelhia abordados pela senhora deputada Andreia Carvalho, nomeadamente o 15.º Congresso Nacional de Gestão do Desporto, congresso esse disputado por vários municípios, mas Penafiel foi o eleito. Contou com a presença do senhor Secretário de Estado do Desporto na cerimónia de abertura que trouxe alguns dos maiores talentos e melhor preparados para refletir sobre o tema. A importância que atribuem ao desporto durante os últimos anos da governação municipal, em foram investidos cerca de 27 milhões de euros, em novos equipamentos, em requalificação de equipamentos já existentes, em muitas melhorias e benfeitorias, apoios e contratos programa para as coletividades do concelho. Não bastava dizer que o desporto é fundamental na prevenção da saúde e se queriam ter menos gente nos hospital e centros de saúde tinham que apoiar as atividades e prática desportiva com a criação de condições para tal. -----

-----Referiu a comemoração de mais um do aniversário da Casa Abrigo Rosa do Pisão, a freguesia da Figueira, abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e no que dizia respeito ao combate à violência doméstica, também tem sido assumido como uma prioridade e tudo o que se possa fazer nesse domínio é pouco porque o flagelo é grande e persiste apesar de tudo aquilo que tem vindo a ser feito para o contrariar. -----

-----Disse que hoje, começaram o dia, a hastear a bandeira das Cidades Educadoras, para assinalar o dia Internacional das Cidades Educadoras e Penafiel faz parte dessa rede. Rede essa de importantíssima de reflexão em torno do tema de educação. Informou que mais tarde iriam ter um seminário com excelentes oradores e com muita propriedade para tratar daquele tema precisamente para assinalarem de forma adequada o dia Internacional das Cidades Educadoras no concelho de Penafiel. O trabalho que tem vindo a ser realizado naquela área dispensa mais comentários pois têm feito um grande esforço de requalificação do parque escolar. As escolas do 1º ciclo estão praticamente todas requalificadas e têm em curso obras de requalificação das escolas EB 2/3 que ainda não tinham tido essa oportunidade ainda e que agora, no âmbito do PRR, serão requalificadas. A D. António Ferreira Gomes que já tinha tido uma primeira intervenção mas que ficou aquém do necessário e que agora voltará, nesta segunda fase, para ficar devidamente requalificada. Também serão requalificadas as escolas EB 2/3 de Paço Sousa, Pinheiro e Cabeça Santa, entretanto já tinham sido requalificadas as Escolas EB 2/3 e secundário Joaquim Araújo e Penafiel Sul – Marecos. Estando assim o parque escolar todo ele requalificado porque tem sido uma área de prioridade das políticas municipais. -----

-----Relativamente ao tema do Ponto C abordado pelo senhor deputado Tiago Josué, disse que é de facto uma obra que a todos os penafidelenses deve orgulhar. Um equipamento que tanto ansiavam e que felizmente puderam concretizar e que foi ao encontro das aspirações da população. Uma obra bem

localizada e desde a sua inauguração tem estado permanente esgotado o espaço. Era um equipamento que os penafidenses precisavam e têm aderido de forma entusiasmada. No entanto, não são apenas os penafidenses, mas, também, são muitos aqueles que vêm de vários pontos do distrito e do norte para assistirem aos espetáculos que o Ponto C tem acolhido. -----

----- Referiu o Escritaria, dizendo que na sua opinião foi a melhor edição de sempre. Conjugaram-se várias circunstâncias, entre elas a de terem o Ponto C que permitiu acolher as dinâmicas do autor homenageado, Arnaldo Antunes, uma vez que era muito ligado aos temas da música. Tiveram convidados extraordinários, que nem imaginavam algum dia, ter de forma tão próxima na cidade de Penafiel. Foi uma edição histórica e isso porque o Ponto C assim o permitiu. -----

----- Mais disse que, o Ponto C, vale muito mais do que o equipamento que é, ou seja, vale porque vai permitir a expansão da cidade de Penafiel em direção a nascente para a encosta do Cavalum que é uma expectativa dos penafidenses tinham há muitos anos. Como referiu o senhor deputado Joaquim Silva, Penafiel deixou de ser a cidade de "risca ao meio", porque existem duas áreas de expansão extraordinárias e incontornáveis. A cidade de Penafiel daqui a 20 anos será uma cidade diferente da que a existe atualmente e isso deve-se às sementes que estão a lançar agora, a área de expansão para nascente e a área de expansão para poente com a central de transportes e com o novo centro de saúde. -----

----- No que concerne ao S. Martinho, disse que é de facto um caso de estudo, pois não conhece nenhuma feira ou evento com as características do S. Martinho, com contornos tão envolventes, tão participadas e transversais como só em Penafiel. Se é verdade que o S. Martinho é uma feira antiga e histórica também é verdade que o seu sucesso, também se deve às novas dinâmicas que nos últimos anos foram criadas e que fazem com que a feira seja participada por todas as gerações e os estratos sociais. Há um trabalho do Pelouro das Feiras muito positivo e que transformou aquela feira num certame diferente e que é único no país. No futuro deveria ser repensada da localização das tendas das provas do vinho porque na sua localização atual, em frente ao Ponto C, já não será as melhores condições mas talvez, mais abaixo daquele local, num plano de pormenor que estão a desenhar prevê, sem causar o constrangimento causa porque é muita gente que passa naquele local. -----

----- Quanto ao elogio aos funcionários da Ambiente, disse que nunca é demais, têm uma equipa na Divisão do Ambiente que é excecional, que tem brio um naquilo que faz notável. Tudo o que se diga para sublinhar o seu empenho, fica muito aquém do que merecem que seja dito. -----

----- As obras em curso no domínio da mobilidade referidas pelo senhor deputado Joaquim Silva, nomeadamente as rotundas na interseção da A4 com a EN 106, é um processo com muitos anos. Referiu que 2015 teve uma reunião em Lisboa, na sede das Infraestruturas de Portugal com o seu Administrador, atualmente é Secretário de Estado do Trabalho, dr. Adriano Rafael, para tratar do tema das rotundas da saída da A4 com a EN 106, isso só por si espelha como foi o calvário percorrido. -----

----- Felizmente as obras estavam a decorrer e a expectativa resulta dos prazos da empreitada, ou seja, no início do próximo trimestre a obra esteja concluída, o contrato da concessão dos transportes inicie e todo aquele "puzzle" se concretize, para que os autocarros circulassem com regularidade da cidade para a central de transportes e para a estação de caminho-de-ferro para que os utentes do novo

centro de saúde tivessem essa acessibilidade facilitada e para que se pudesse usar o comboio de uma forma que não podiam usar anteriormente porque a estação não era acessível. -----

-----No que dizia respeito ao IC 35, disse que a primeira fase, não foi a desejável, mas a que foi possível e já se encontra em funcionamento e ajuda a retirar algum trânsito do cruzamento da rotunda Abraço do Povo. No entanto, o que desejavam é que a obra se conclua. De momento têm o documento ambiental fechado, encontra-se em consulta pública o Estudo do Impacto Ambiental, o contacto com os proprietários estão a ser feitos e a expectativa é que em breve seja lançado o concurso para a empreitada final, desde o local onde atualmente termina até Entre-os Rios para que o sonho de décadas seja concretizado. -----

----- 3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de “Construção de Edifícios Municipais” - (Reabilitação de Edifício nas Termas de São Vicente para Instalação de Serviços), para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.-

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 4.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativa às obras de “Construção de Edifícios Municipais” e de “Reabilitação da Casa da Sobreira em Rio Mau para Instalação de Serviços”, para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.-

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José

Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 5.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativa às obras de "Construção do Pavilhão Desportivo das Termas de S. Vicente" e de "Pavimentação da Estrada de Ordins ao Centro de Lagares, Freguesia de Lagares e Figueira - 1ª Fase", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 6.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Requalificação da Escola Básica de Penafiel Sudeste", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

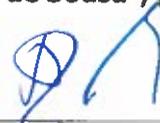
-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- **7.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de “Requalificação da Escola Básica de Peroselo”, para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Canelas, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- **8.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de “Construção da Creche Municipal em Paço de Sousa”, para**



os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 9.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de “Requalificação das Salas de Aula da Escola D. António Ferreira Gomes”, para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 10.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de “Arranjos Urbanísticos na Cidade e Freguesias” - (Arranjo da Envoltante ao Pavilhão Gimnodesportivo de Rio de Moinhos), para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.-

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 11.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025 e 2026, relativas à obra de “Requalificação do Pavilhão Municipal Fernanda Ribeiro”, para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.-

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio

de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 12.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas ao procedimento de “Aquisição de Serviços na Área de Seguros”, para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas a “Exploração e Gestão de Aterro Sanitário (Inter Municipal)”, para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas,

Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 14.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Arranjos Urbanísticos na Cidade e Freguesias - Arranjos da Envolvente do Campo de Futebol de Oldrões", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 15.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Execução de Estradas e Caminhos Municipais - Abertura da Rua do Terminal Ferroviário Urrô - Freguesia de Guilhufe e Urrô", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.- -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria

de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 16.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Grandes Reparações e Arranjos de Logradouros Escolares - Requalificação do Logradouro e Execução de Campo de Jogos e Recreio na EB1 Torre (Urrô) - Freguesia de Guilhufe e Urrô", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----
----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 17.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização de repartição de encargos, bem como autorização de reforço da verba inserida no PPI, para o ano de 2025, relativas à obra de "Arranjos Urbanísticos na Cidade e Freguesias - Arranjos Exteriores na Envolvente à Casa Mortuária de Eja", para os efeitos do disposto na alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua versão atual.-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----
----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira

de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas, Capela, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 18.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 3ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades e 2ª Alteração Modificativa ao Plano de Investimentos, para efeitos do previsto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Disse que é a terceira vez no ano em que se retifica o orçamento da despesa, e a segunda da receita que é a forma do Executivo trabalhar, ou seja, orçamentos sucessivamente empolados e por isso motivo a bancada do Partido Socialista vai abster-se neste ponto uma vez que essa não é a forma do PS estar na política nem a sua visão estratégica que querem para o concelho. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 42 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Dias, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

-----13 abstenções dos senhores deputados, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----



----- **19.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao lançamento da Derrama para o ano de 2025 - Lançamento de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para o ano de 2025, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 15 de setembro, e a isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 000€, incidente sobre o lucro tributável, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, ao abrigo do disposto no n.º 24, do artigo 18º, da mesma Lei e de acordo com disposto na alínea d), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que a derrama constitui uma receita muito importante, de cerca de um milhão de euros, é certo que no orçamento estão inscritos mais de um milhão e meio de euros de receita, mas todos sabiam que não é verdade pois nunca aconteceu nem vai acontecer. Com a proposta que o Executivo apresenta e pede para autorizarem a cobrança máxima que a Lei permite, 1,5% do lucro tributável e ao mesmo tempo também solicita autorização a isentar alguns pequenos e médios empresários, mais concretamente, os que têm o lucro tributável inferior a 150 mil euros anuais. Têm informação da Câmara Municipal em outros anos, que aquele valor representa um dispensar de cobrança de receita na ordem dos 150 mil euros por ano, que representa em média 40 euros por ano para cada um dos abrangidos, ou seja, representa cerca de 3, 4 euros por mês para cada um. Todos concordavam que nenhum pequeno empresário por ter uma redução de 3 a 4 euros mensais vai criar mais emprego, investir na modernização das suas instalações ou melhorar o seu investimento e o seu lucro. -----

----- O Partido Socialista tinha proposto para que olhassem para o valor que a Câmara abdica dos 150 mil euros anuais e os utilizasse aquele valor de forma mais inteligente. Deram a ideia de constituírem uma comissão na Assembleia Municipal, no sentido construtivo, de pensarem o que o poderiam fazer com aquele valor de forma a utilizá-lo como investimento inteligente, por exemplo a promoção da imagem do concelho que provavelmente os empresários ligados a restauração e hotelaria sairiam beneficiados, assim como criar um grupo de trabalho na Câmara Municipal de apoio aos empresários para os ajudar aproveitar os fundos comunitários e a fazerem as respetivas candidaturas. Com certeza que haverá muitas outras ideias fundamentais e o PS disponibiliza-se nessa ajuda continuado a propor boas medidas, porque querem estar ao lado dos penafidenses, dos empresários e de Penafiel. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 42 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Dias, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima

Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

-----13 abstenções dos senhores deputados, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----

----- 20.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa Fixação das Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2025, nos seguintes termos: Prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos: 0,3%; Dedução fixa, no valor de 70€, para os agregados familiares com três ou mais dependentes, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, de acordo com o nº 1, do artigo nº 112-A do CIMI, e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:

----- A senhora deputada Fátima Oliveira: Disse que bancada do Partido Socialista reconhece e aplaude a manutenção das taxas mínimas de IMI para 2025, uma medida que continua a aliviar os encargos fiscais das famílias penafidelenses.-----

-----Contudo, mantemos a nossa convicção de que é necessário alargar as deduções fixas, beneficiando também os agregados com um ou dois dependentes, conforme permite a lei. Defendem: 30€ para agregados com 1 dependente; 70€ para agregados com 2 dependentes; 140€ para agregados com 3 ou mais dependentes.-----

-----Num contexto em que o município tem vindo a arrecadar mais receita em IMI, fruto do aumento do custo das casas e terrenos, torna-se imperativo reverter parte deste esforço fiscal em maior apoio às famílias. Se o custo da habitação e da propriedade pesa mais no bolso dos penafidelenses, então o município deve estar à altura do desafio e assegurar deduções mais justas e abrangentes para quem mais precisa. -----

-----Por essas razões, e mantendo a coerência com a nossa posição no ano passado, a nossa bancada optará pela abstenção neste ponto.-----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Disse que tinham acabado de ouvir que o município continua e assim é desde longos anos, com as taxas mínimas do IMI e a única discordância que acabaram de ouvir tem a ver com a dedução fixa proposta. Não lhe parece coerente se esteja a beneficiar no IMI agregados familiares com um ou dois dependentes porque se querem atacar o problema da baixa

natalidade, não faz sentido esses benefícios serem para agregados com menos de três dependentes. Apesar de ser sempre agradável e populista isentarem os munícipes de taxa disse que sem ovos não se fazem omeletes e para elogiarem o Ponto C e as várias obras que se vão fazendo por todo o concelho necessitam dessas receitas de quem propriedade e pode contribuir com aquele imposto. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 42 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Dias, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 abstenções dos senhores deputados, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----

----- **21.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Participação Variável no IRS para o ano 2025 – Fixação, para os rendimentos do ano de 2025, de uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Penafiel, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS e para efeitos da alínea c) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Tiago Josué: Disse que a luta do grupo municipal do Partido Socialista da participação variável no IRS é antiga e continuam a defender que o município de Penafiel não mantivesse a sua participação variável de 5%, mas pelo mesmo devolvesse 1% às famílias penafidelenses. -----

----- Como é do aquela proposta do PS ao longo do mandato, já sabem o que a bancada da coligação "Penafiel Quer" ali vai responder, ou seja, que aquela era uma medida para ricos. Referiu que devolver 1% do IRS aos penafidelenses não é um valor tão significativo e certamente não era isso que iria implicar a saúde financeira da Câmara Municipal. Segundo a Autoridade Tributária 67,5% dos contribuintes têm rendimentos até 20.000 euros, sedo que 28% dos contribuintes auferem entre 10.000 a 20.000 euros, isto significa que mais de ¼ da população está no limiar do que que começa a pagar

IRS até ao que atualmente é o salário médio de um trabalhador em Portugal. Mais disse que 183 municípios dos 308 existentes, já devolvem, abdicando de pelo menos uma parte da sua participação de 5% no IRS, sendo que 40, alguns deles municípios governados PSD, já abdicam do 5%. Por exemplo Lisboa só mantém, 0,5% e 4,5% devolve aos seus munícipes. Sabiam que não têm a capacidade económica de Lisboa, mas solicitavam que pelo menos, fosse devolvido 1% do IRS aos penafidelenses, semelhança do que Lousada e o Marco de Canaveses fazem, devolvendo uma parte aos seus munícipes.

-----Assim, o Partido Socialista votará contra a proposta porque acreditam piamente que era um sinal, num momento em que a inflação está gravada, o amento do custo de vida, a incerteza do futuro com os conflitos bélicos que existem na europa e no mundo, era um sinal muito positivo que o município de Penafiel daria aos penafidelenses ao devolver, pelo menos, uma parte da sua parte da participação do IRS e não manter os 5%.

----- O senhor deputado Rui Lopes: Disse que isentar ou reduzir a participação variável de IRS não é uma questão de beneficiar ricos mas sim beneficiar quem paga IRS, determinado pelo Governo Central. Quem paga IRS não são propriamente as pessoas mais carenciadas entre a população. No que dizia respeito à Camara de Lisboa disse que, se Penafiel tivesse a receita que Lisboa cobra em taxa turística, Penafiel podia perfeitamente isentar e optar por 0%.

-----Referiu que o grupo municipal do Partido Socialista só quer devolver ou isentar de taxas quando se trata dos cidadãos porque para o pequeno ou médio empresário continua-se a cobrar a verba mas utilizada de uma outra forma.

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Explicou que, para o PS, os 150 mil euros que a Câmara abdica da Derrama, o objetivo era que tivesse um retorno maior precisamente para os empresários. Um empresário que tenha um apoio para fazer candidaturas dá-lhe mais possibilidade e criar emprego e fazer maior investimento, logo o objetivo é ajudar os pequenos e médios empresários.

-----Disse que, pelo menos, quem paga IRS sabe que 95% daquilo que paga vai para o Estado e 5% vai para a Câmara Municipal e o Partido Socialista tem proposto que em vez de cobrar 5% cobrasse 4%, ou seja, reduzir à taxa 1%.

-----À semelhança de senhor deputado Tiago Josué deu exemplos de outras autarquias da região em que uns tem taxas turísticas e outros não. Cinfães cobra 3%, o que significa que abdica de 40%, Felgueiras abdica 13% e Lousada abdica de 20% daquilo a que têm direito e Penafiel abdica zero.

-----Podem dizer que os municípios atrás referidos são interior e rurais e Penafiel está mais centralizado, no entanto Lisboa não é rural nem interior e abdica de 90%, à semelhança do Porto que tem uma taxa de 3,5%, abdicando 30% daquilo que tem direito.

-----Conclui dizendo que o PS é muitas vezes acusado de aumentar impostos, e quando propõe baixar 1% em sede de IRS a Direita está contra.

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 42 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Dias, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira,

Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 votos contra dos senhores deputados, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----

----- 22.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2025 em 0,25%, nos termos do Regulamento nº 38/2004, de 29 de setembro, nos termos do Regulamento nº 38/2004, de 29 de setembro, nos termos do Regulamento nº 38/2004, de 29 de setembro e para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual.-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros e José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 23.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da atualização dos valores das taxas e outras receitas municipais para o ano de 2025, de acordo com o n.º 2 do artigo 2.º, do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Penafiel.--

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros e José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 24.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Mapa de Pessoal para o ciclo de gestão de 2025, para os efeitos previstos no art.º 29.º, da Lei nº 35/2014, de 20 de junho e na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros e José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 25.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos Documentos Previsionais para o ano de 2025, bem como autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Plano Anual de Aquisições, para os efeitos do disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º, Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- A senhora Presidente da Junta Freguesia de Galegos: Disse que estava inscrito no PPI a construção de um edifício para o Centro de Saúde de Peroselo, entretanto numa circular distribuída na

freguesia de Galegos onde referia que era intenção da Câmara fechar o Centro de Saúde de Galegos e de Rio de Moinhos e de obrigarem os seus utentes a dirigirem-se para Peroselo. Assim para que não haja qualquer dúvida, perguntou, se é ou não verdade, com a construção do Centro da Saúde de Peroselo, se o senhor Presidente da Câmara pretende proceder ao encerramento dos Centros de Saúde nas freguesias de Galegos e Rio Mau. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Referiu que os documentos provisionais, são um duplo exercício, ou seja, um exercício de adivinhação em que a Câmara prevê o que vai receber e o que vai gastar e ao mesmo tempo um exercício de pedido de autorização em que a maioria da Assembleia Municipal vai autorizar e aprovar os mesmos. -----

----- Como exercício de previsão/adivinhação valia apenas perguntar: será que aquela previsão irá ser cumprida? Bastava olhar para os últimos anos e verificar que nunca foi cumprida, é normal prever e muitas das vezes não cumprir, no entanto, o que se refere a Penafiel, as previsões têm sido muito distantes do que acontece na realidade. Aquilo que estava previsto vai ficar muito além do que vai ser executado este ano. Estimavam, numa progressão linear, que provavelmente chegariam a 42% daquilo que foi previsto. É extraordinário porque o PS fazia aquela crítica quando o orçamento era na ordem dos 80 milhões, dizendo que era impossível receber ou gastar aquela verba uma vez apenas ficaria nos 50 ou 60 milhões como vai acontecer no ano em curso. Mas o que está inscrito para o próximo ano são 146 milhões, ou seja, três vezes mais do que tem vindo acontecer. No ano passado a execução da receita foi de 66 milhões de euros e a da despesa foi de 60 milhões, se no ano passado a receita e a despesa foi na ordem dos 60 milhões, o que é que aconteceu para que no próximo ano possa ser de 146 milhões? O que aconteceu é que o presente orçamento está inflacionado três vezes mais do que no ano anterior. Tudo aquilo permite concluir que o atual executivo não tem poderes de adivinhação nem de previsão, mas a maioria presente na Assembleia Municipal acredita e vota favoravelmente, ao contrário da bancada do PS que não tem votado a favor. É caso para dizer que à primeira todos caem, à segunda cai quem quer e à terceira cai quem anda "distráido". -----

----- O Partido Socialista denuncia aquela forma de fazer orçamentos, entendem que os documentos previsionais não respondem às perguntas certas, uma vez que as resposta que o orçamento deveria dar às perguntas deveriam ser as seguintes: Como é que Penafiel pode criar emprego mais qualificado? Como é que irá apoio aos cidadãos mais necessitados? O que fará para diminuir as assimetrias entre as freguesias? Que resposta dará ao problema da habitação e aos problemas dos transportes? Como os documentos não respondeu a todas aquelas questões, e estando o Partido Socialista em desacordo com as prioridades, e também em desacordo quanto com a sua forma. Todos se recordarão o orçamento já teve formas diferente de ser feito e um elogia que o PS sempre fez foi que há uns anos atrás a Câmara Municipal fez o orçamento participativo onde existia uma verba autorizada pela Assembleia Municipal para que os penafidelenses apresentassem as suas ideias e as ideias mais válidas eram financiada com os valores ali aprovados. Tinha fragilidade e vantagens como é normal naquelas medidas, no entanto, muitos municípios apostam nos orçamentos participativos porque a grande vantagem é a cidadania, é a participação de todos os penafidelenses puderem contribuir com ideias. -----



-----Aquele documento foi enviado para o Partido Socialista para faz cumprir o Direito de Oposição, não há envolvência da sociedade civil penafidelenses nem a cidadania, é um exercício de adivinhação, como adivinhação é fraco porque vai falhar redondamente. -----

----- — A senhora Deputada Ana Lourenço: Referiu que o ano de 2024 ficará marcado de forma positiva a nível da gestão municipal de Penafiel: este ano aprovamos as melhores contas de sempre e hoje iremos aprovar nesta assembleia, com o voto de todos vós, espero, o melhor orçamento dos últimos anos e que vai marcar este ciclo autárquico. -----

-----Um orçamento no valor de cerca de 149 milhões mas, acima de tudo um orçamento social e financeiramente equilibrado. Socialmente equilibrado porque garante investimento em áreas fundamentais como a educação.-----

-----Se bem se recordam, anteriormente o município já tinha investido na requalificação de várias escolas, nomeadamente no António Ferreira Gomes, no Joaquim Araújo e Marecos, assim vulgarmente conhecidas. -----

-----Hoje iremos garantir a realização da segunda fase de investimento na escola António Ferreira Gomes, na Escola Básica e Secundária do Pinheiro, em Paço de Sousa mas também na escola primária de Oldrões e Peroselo. Mais um esforço de todos nós, um investimento de cerca de 12 milhões de euros que irá garantir que independentemente de onde nascemos, seja em Rio Mau ou em Castelões, temos as mesmas oportunidades à partida e que a educação funciona como elevador social para sermos o que quisermos.-----

-----Senhoras e Senhores Deputados: na saúde, e permitam-me a expressão, é uma revolução. Bem sei que sou nova mas, quantos de vós se lembram de um investimento na área da saúde no nosso concelho no valor de cerca de 10 milhões de euros? Talvez só na altura da construção do Centro Hospitalar mas que serve vários concelhos. Hoje, iremos garantir que sejam construídas 2 novas unidades de saúde: em Penafiel e TSV e ainda requalificar o atual de Penafiel e o Paço de Sousa. -----

-----E além destas áreas sociais, poderíamos aqui enumerar muitas outras mas, poderia referir muitas outras porque obviamente não se fica por aqui. -----

-----Mas não posso deixar de referir, porque é um espaço onde fui muito feliz durante a minha adolescência e que contribuiu, através da atividade física para o meu desenvolvimento, do investimento que será realizado no Pavilhão Fernanda Ribeiro e que terá agora a capacidade de acolher vários eventos e terá cerca de 1200 lugares. Mas senhoras e senhoras deputadas, este investimento acontece apenas depois de o atual executivo da camara municipal ter garantido uma cobertura em equipamentos desportivos em todo o concelho, bem nos lembramos das recentes inaugurações nas Terras de Recezinhos, Rio Mau e Paço de Sousa. -----

-----Portanto, como nos tem habituado, este orçamento garante também a coesão do nosso território e é também financeiramente equilibrado porque é alavancado em parte por fundos comunitários, sejam do quadrado anterior, sejam do contrato de desenvolvimento e coesão territorial, sejam do 2030 e do PRR. em curso e o já concretizado não passavam de meras intenções. -----



----- Em Penafiel, felizmente, o executivo municipal, ao longo dos últimos anos tem a preocupação de planear e preparar projetos fundamentais para o desenvolvimento econômico, cultural e social do nosso concelho e isso tem permitido e permite que hoje sejamos o concelho da região com maior valor captado de fundos comunitários e possamos hoje aprovar este orçamento audacioso que irá contribuir para melhorar a vida dos penafidelenses e que deixará um legado social e de melhoria da qualidade de vida. É um orçamento feito com as pessoas e para as pessoas, tal como a política deve ser.-----

----- Importa ainda referir que está também refletido neste orçamento o reforço de competências assumidas pelo executivo municipal na sequência do processo de transferência de competências. -----

----- Este não é um orçamento fictício mas, sim um orçamento orientador de uma boa execução da política municipal, que corresponde às expectativas dos penafidelenses e garante sustentabilidade para as futuras gerações. -----

----- Devemos, portanto, estar satisfeitos por termos um volume tão grande de orçamento e acima de tudo por termos capacidade de o executar. -----

----- Conclui referindo que este plano pensa nas famílias como sempre foi marco deste executivo. Depois da conclusão da creche de Santa Marta, da de Guilhufe que está concluída e em funcionamento e de Abragão, iremos agora garantir também em Paco de Sousa, em TSV e em Rio Mau que tem o projeto concluído e têm o compromisso do senhor Presidente da Câmara e por isso bastava-lhes-----

----- Por isto, senhoras e senhores deputados, hoje estou muito tranquila porque o meu filho, de hoje a uma semana, irá vai nascer num berço de ouro, irá nascer em Penafiel, um concelho próspero e amigo das famílias. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Começou por explicar, relativamente à questão colocada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Galegos, que não está nas competências nem jurisdição do senhor Presidente da Câmara Municipal encerrar Centros de Saúde. A sua competência é construir novos centros de saúde, o que de momento está acontecer, situação que não existia há anos atrás. Estavam a ser construídos dois novos centros de saúde, um em Penafiel e outro nas Termas de S. Vicente, assim como a requalificação de infraestruturas existentes, como os casos do atual Centro de Saúde da cidade, junto à escola D. António Ferreira Gomes e o de Paço de Sousa. ----

----- O Centro de Saúde de Peroselo está inserido no contexto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (CDCT), e é sobretudo porque o espaço da atual extensão não tem condições de salubridade. Tem anuência da Unidade Local de Saúde e esperavam concretizar a obra com o objetivo de substituir a atual extensão. Estão ainda a estudar a possibilidade de lá colocar uma Unidade para combater o problema da tuberculose que naquela zona do Tâmega é muito acentuada que faz sentido naquela zona. - -----

----- Respondeu ao senhor deputado Luís Monteiro dizendo que não é a bancada da coligação "Penafiel Quer" que andava distraída, quem aparentemente anda distraído é o senhor deputado Luís Monteiro, porque se estivesse atento teria tido conhecimento pelo Jornal Imediato dos montantes que o PPR trás para a região, e verificava que, dos cinco concelhos da região, Penafiel está em primeiro lugar no montante aprovado, é Penafiel que lidera o ranking de investimento com o maior montante

aprovado, é o município com o maior volume de fundos comunitários assegurados e que Penafiel foi o concelho que apresentou maior número de projetos e é o concelho com o maior montante aprovado para investir por habitante. -----

-----Em Penafiel, asseguraram que o investimento de fundos comunitários, seja PRR, Portugal 2030 e o final do Portugal 2020, é de 6.434 euros per capita, ou seja, por cada cidadão o município de Penafiel vai investir 6.434 euros por cada cidadão, sendo a média nacional de investimento por cada cidadão de 1.953 euros. Na região logo a seguir a Penafiel está o município de Felgueiras com 3500 euros, aproximadamente metade do investimento per capita do município de Penafiel. Com aquela explicação podiam concluir que quem estava do lado errado era o senhor Deputado Luís Monteiro, porque os senhores deputados da coligação Penafiel Quer percebiam que a grande diferença daquele Plano e Orçamento relativamente aos anteriores é que se estava a viver uma circunstância única e talvez irrepetível uma vez que no presente orçamento há recursos que advêm dois quadros comunitários. Também o facto do Orçamento de Estado do próximo ano prever um aumento de transferência de cerca de 3 milhões de euros, em boa hora o PS viabilizou o OE porque também vai beneficiar o concelho de Penafiel e ainda o aumento de recursos que resultam do fim dos cortes da Troika do ajustamento financeiro. Nos últimos 10 anos perderam cerca de 20 milhões de euros de receita porque tinham um corte que resultava do ajustamento financeiro de 2 milhões euros anuais. Há, de facto, um conjunto de recursos que não existiam antes e que felizmente existem agora e vão permitir fazer um conjunto de investimentos significativos e importantes uma vez que em determinadas áreas o que vai acontecer é uma "revolução". Por exemplo o que vai acontecer na área da saúde, cuidados primários de saúde é revolucionar porque construir e requalificar dois centros de saúde e melhorar o parque de viaturas das unidades de saúde, nunca tinha acontecido antes. Ter todas as escolas do concelho requalificadas, sendo o investimento no parque escolar é de cerca de 15 milhões de euros. -----

-----Outra das grandes diferenças do PPI de outros municípios da região que estão a ser discutidos e votados é que esses só agora é que estão a fazer as respetivas candidaturas. Penafiel andou mais depressa e bem, porque a "candeia que vai à frente alumia duas vezes" e Penafiel está a "alumiar" muito bem o investimento do concelho. Conseguiram captar os recursos e conseguiram ter empresas para executar as empreitadas, que vai ser um problema grave para os municípios que só agora estão avançar com os respetivos concursos. -----

-----Mencionou que os investimentos abrangem áreas fundamentais como saúde, educação, apoio à família, habitação social e desporto. Na área da saúde, o orçamento inclui a construção de novas unidades, como o novo centro de saúde na cidade de Penafiel e nas Termas de S. Vicente, assim como a requalificação de infraestruturas existentes, como os casos do atual Centro de Saúde da cidade, junto à escola D. António Ferreira Gomes e o de Paço de Sousa. -----

-----No reforço de respostas sociais, o Executivo mantém a aposta na criação de mais creches no concelho de Penafiel, sendo objetivo da autarquia criar a curto prazo 202 novos lugares para acolher crianças dos quatro aos 36 meses. Na habitação social, o município vai reforçar a construção de edifícios

de habitação coletiva. Na educação, serão requalificadas várias escolas e construída uma residência universitária para salvaguardar a crescente procura de estudantes. Na área do desporto, está prevista a construção do Pavilhão Municipal Fernanda Ribeiro, que é sem dúvida maior obra municipal de sempre executada no município de Penafiel.-----

----- Referiu que o orçamento privilegia ainda projetos nas áreas da cultura, turismo, ambiente e outras áreas, e reforça o compromisso da autarquia com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida, mantendo uma gestão financeira equilibrada e promovendo a coesão social e territorial.-----

----- Conclui dizendo que estavam perante o melhor e maior orçamento aprovado na história de Penafiel. Um orçamento que privilegia várias áreas da governação e que garante investimentos essenciais para o desenvolvimento, de forma a responder às necessidades atuais e projetar um futuro mais coeso e competitivo, sem esquecer a sustentabilidade e a boa gestão financeira do Município e por esse motivo desafiou a bancada do grupo municipal Partido Socialista para se associarem e também ficarem para a história de Penafiel e votarem favoravelmente aqueles documentos porque seria uma decisão de grande coragem por parte do PS mas que os penafidelenses iriam reconhecer na hora da verdade. -----

----- — O senhor deputado Luís Monteiro: Em defesa da honra, disse que foi acusado pelo senhor Presidente da Câmara de andar distraído mas distraído não é porque por exemplo: todos os anos o senhor Presidente apresenta um orçamento em que diz que vai gastar 146 milhões de euros, e em abril, quando se aprovam as contas do ano anterior não chegar nem a metade, é recorrente todos apresentar um orçamento com o dobro do que realmente acontece. No ano passado ficaram inscritos 102 milhões de euros, quando se aprovarem as contas, no mês de abril, verificariam que apenas foram executados 60 milhões de euros. Esse é o facto recorrente dos anos anteriores. -----

----- Referiu que na Assembleia Municipal votam documentos oficiais, nomeadamente o Orçamento e Aprovação das Contas e é com base nos números que lhes são apresentados, que se baseia para dizer e afirmar nas suas intervenções, números esses que podem ser comprovados com os números que lhes eram dados a conhecer nos documentos oficiais e por esse motivo não podia aceitar que ser apelidado de distraído porque se há alguém ali distraído é quem acredita no que lhe dizem e não em quem se baseia em factos concretos. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria com 42 votos a favor dos senhores deputados Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Dias, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo,

Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 10 abstenções dos senhores deputados, Agostinho Moreira Gonçalves, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de, Canelas e Luzim e Vila Cova. -----

----- 26.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento da Comissão Municipal de Proteção ao Idoso de Penafiel, para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros e José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- 27.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de aprovação da Estratégia Municipal de Saúde, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 7º, do decreto-lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro na sua versão atual.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros e José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da

Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 28.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Projeto de Regulamento Interno da Creche Municipal de Santa Marta, para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros e José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 29.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de aprovação do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) de Penafiel, para efeitos do disposto no n.º 2 do Art.º 14º, da Lei nº 98/2021, de 31 de dezembro. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----
----- O senhor deputado Renato Barros: Disse que embora o Plano Municipal da Ação Climática tenha boas intenções, do ponto de vista do grupo municipal do Partido Socialista, peca por não ser suficientemente ambicioso. Porque tecnicamente bem construído, merecia objetivos mais ousados, medidas mais robustas e metas mais claras. Apreciavam a inclusão de medidas, que pelo menos desde 2019 o PS ali tem insistido em propor e que nunca reuniram grande simpatia por parte do senhor Presidente da Câmara e por esse motivo congratulavam-se com a inclusão das mesmas no Plano. Contudo o verdadeiro desafio reside na sua implementação e por esse motivo, esperavam que o Executivo tenha a capacidade de desenvolver políticas que disponibilizem os recursos necessários para a implementação e que crie um sistema de monitorização eficiente que se pretende desenvolver para garantir que o Plano agora em discussão não seja apenas um conjunto de boas intenções mas que seja um programa transformador real e que permita sustentabilidade no futuro. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha,

Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros e José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- **30.º Ponto – Discussão e votação da proposta apresentada pela Junta de Freguesia de Termas de São Vicente para elevação daquela povoação à categoria de vila, para efeitos do disposto na no n.º 3 do Art.º 8º, da Lei nº 24/2024, de 20 de fevereiro.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Presidente da Junta de Freguesia de Termas de São Vicente: Disse que era um grande sonho de já de há anos, e que agora a freguesia das Termas de S. Vicente reúne todas as ser elevada à categoria de Vila, sendo a segunda maior freguesia do concelho de Penafiel.-----

----- Estava muito orgulhoso por aquela proposta ter sido aprovada nos órgãos de Freguesia e do município e que quando chegar à Assembleia da República assim seja decidido também. -----

-----Agradece que tudo corra pelo melhor e assim terem a Vila de Rio de Moinhos. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Inês Rocha Monteiro, Tiago Josué Garcês Ferreira, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros e José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, o senhor tesoureiro da Junta de Freguesia da Capela, Eurico Luís Alves Vieira e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.-----

----- **31.º Ponto – Conhecimento da minuta da ata e das atas das reuniões de Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém de inscreveu. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **32.º – Ponto Discussão e votação da proposta da Câmara da integração do troço da estrada da EN320 entre o Km 6,615 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -10578 e**



-174.533) e o Km 11,547 (cujas coordenadas, no sistema ETRS89, são -12.514 e -170.936), na rede viária do Município de Penafiel, na extensão de 4,932 Km, e da minuta do acordo de mutação dominial a celebrar entre Infraestrutura de Portugal, SA e o Município de Penafiel, para efeito do disposto da alínea q), do n.º 1, artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 44 votos a favor dos senhores deputados, Ana Isabel de Freitas Lourenço, Alberto Clemente de Melo e Sousa, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, António Gaspar Ferreira, Liliana Cristina Gomes Nunes, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Rui António dos Reis Lopes, Roberto Rafael Oliveira da Silva, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António Jose de Sousa Pinto, Maria Celeste Carvalho Marinho, Maria Inês Rocha Monteiro, José António da Silva Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, José Manuel Salgueiro Macedo, Maria da Conceição Mendes Alves Nunes e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia Bustelo, Cabeça Santa, Capela, Castelões, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Lagares e Figueira, Oldrões, Luzim e Vila Cova, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público. ---

----- Abertas as inscrições, ninguém se inscreveu. -----

----- No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados por unanimidade em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Alberto Fernando da Silva Santos e por mim, Anabela Moreira Rodrigues, que a secretariei. -----

